

TEMA EM DISCUSSÃO: *Reforma da Previdência*

NOSSA OPINIÃO

Perigosos destaques

A batalha na Câmara dos Deputados pela reforma da Previdência ainda não terminou. Ainda restam seis destaques de votação em separado que, se não forem derrubados, prejudicarão consideravelmente os objetivos da reforma.

O DVS é um instrumento das minorias. Os partidos da oposição usaram-no, no caso da reforma da Previdência, na tentativa de aproveitar

cochilos da base governista (como aconteceu, de fato, na votação em primeiro turno). Agora, os líderes dos partidos que apóiam a reforma precisarão agir com eficiência para reunir 308 votos contra cada um dos destaques. A melhor tática parece ser a de só encaminhar votações nas sessões quando o quorum é extremamente alto: por volta de 480, para evitar o risco de aprovação do destaque por apenas um ou dois votos.

Até agora, as derrotas do Governo em votações das reformas foram por margens ínfimas — e, portanto, evitáveis.

A maioria dos destaques apresentados atende a interesses corporativistas, ou simplesmente visa a causar dano político ao Governo. Os funcionários públicos, por exemplo, hoje se aposentam com salário integral, o que é um estímulo às aposentadorias precoces. A reforma estabelece um redutor para as futuras aposentadorias. Ele é progressivo conforme o valor do benefício; até R\$ 1.200 mensais — ou seja, o

equivalente aos que se aposentam pelo teto máximo do INSS — não há qualquer redutor. No entanto, o PPS deseja derrubar o redutor.

A reforma contém regras de transição para quem já está no mercado de trabalho. Será exigida idade mínima, de 53 anos para os homens e 48 anos para as mulheres que requererem aposentadoria. É razoável — mas o PT quer retirar a regra de transição e continuar facilitando as aposentadorias precoces.

Enquanto isso, o PDT não aceita a idéia de constar na Constituição a autorização para a criação de planos de aposentadoria complementar optativa para servidores federais.

O PL defende aposentadoria especial para os magistrados e o PCdoB é contra a alteração nas regras para aposentadoria especial no trabalho insalubre; ou seja, continuaria a ser possível o absurdo de que o funcionário burocrático de uma mineradora de carvão pode requerer o benefício em igualdade de condições com quem arriscou

a saúde trabalhando na lavra a vida inteira. O PT também não deseja a moralização dos fundos de pensão das estatais e quer derrubar o limite de contribuição das empresas patrocinadoras (pela reforma, ele será igual ao valor que for pago pelo empregado).

São propostas que sabotam a moralização do sistema previdenciário e contribuem para torná-lo financeiramente inviável. Merecem cair.

São propostas
que
sabotam a
moralização
do sistema
